



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escola que forma e informa*

**Nº 623 – 13 de janeiro de 2021**

**Abrangência: 12/12/2020 a 08/01/2021**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.590	DOU; 24/12/2020	Concede indulto natalino e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 10.590</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.592	DOU; 28/12/2020	Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.	<a href="#">Dec. 10.592</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.110	DOU; 21/12/2020	Altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dar nova redação ao crime de denunciação caluniosa.	<a href="#">Lei 14.110</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.112	DOU; 24/12/2020	Altera as Leis nos 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.	<a href="#">Lei 14.112</a> (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.113	DOU; 25/12/2020	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.	<a href="#">Lei 14.113</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.116	DOU; 31/12/2020	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.	<a href="#">Lei 14.116</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.021	DOU; 31/12/2020	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.	<a href="#">Med. Prov. 1.021</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.024	DOU; 31/12/2020	Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19.	<a href="#">Med. Prov. 1.024</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.025	DOU; 31/12/2020	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência	<a href="#">Med. Prov. 1.025</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.026	DOU; 06/01/2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.	<a href="#">Med. Prov. 1.026</a> (Site da Presidência da República)

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 651	DOU; 08/01/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	<a href="#">Port. 651</a> (Site da Presidência da República)

### ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 359	DJE/CNJ; 17/12/2020	Institui o Comitê Nacional dos Juizados Especiais.	<a href="#">Res. 359</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 360	DJE/CNJ; 17/12/2020	Determina a adoção do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ).	<a href="#">Res. 360</a> (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 361	DJE/CNJ; 17/12/2020	Determina a adoção de Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPICiber/PJ).	<a href="#">Res. 361</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 362	DJE/CNJ; 17/12/2020	Institui o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/ PJ).	<a href="#">Res. 362</a> (Site do CNJ)

### ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 110	DJE/CNJ; 23/12/2020 e 28/12/2020 ( <i>Republicação</i> )	Prorroga o prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020, e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020.	<a href="#">Prov. 110</a> (Site do CNJ)

### ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 715	DJE/STF; 17/12/2020	Dispõe sobre a publicação de despachos e decisões nos períodos de férias forenses.	<a href="#">Res. 715</a> (Site do STF)

### LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.097	Minas Gerais; 24/12/2020	Regulamenta a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.	<a href="#">Dec. 48.097</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.102	Minas Gerais; 30/12/2020	Prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado	<a href="#">Dec. 48.102</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.111	Minas Gerais; 31/12/2020	Prorroga o vencimento do IPVA referente ao exercício de 2021, em que o contribuinte for servidor público militar ou civil, ativo ou inativo, pensionista especial, pensionista do Ipsemg, e pensionista do IPSM, que não receber integralmente, até 31 de dezembro de 2020, o pagamento do décimo terceiro salário relativo ao exercício de 2020.	<a href="#">Dec. 48.111</a> (Site da ALMG)

<b>DECRETO Nº 48.113</b>	Minas Gerais; 31/12/2020	Regulamenta, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, a concessão da ajuda de custo para despesas com alimentação, prevista no art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 48.113</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 111</b>	Minas Gerais; 16/12/2020	Altera o art. 2º da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia de Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado.	<a href="#">Delib. 111</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 112</b>	Minas Gerais; 17/12/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente.	<a href="#">Delib. 112</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 113</b>	Minas Gerais; 24/12/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente.	<a href="#">Delib. 113</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 114</b>	Minas Gerais; 31/12/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente.	<a href="#">Delib. 114</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 115</b>	Minas Gerais; 31/12/2020	Dispõe sobre o compartilhamento de servidores e contratados temporários que especifica.	<a href="#">Delib. 115</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 116</b>	Minas Gerais; 31/12/2020	Prorroga os prazos de vigência das deliberações aprovadas pelo Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19.	<a href="#">Delib. 116</a> (Site da ALMG)
<b>DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 117</b>	Minas Gerais; 07/01/2021	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente	<a href="#">Delib. 117</a> (Site da ALMG)
<b>LEI Nº 23.703</b>	Minas Gerais; 15/12/2020	Revoga a Lei nº 20.817, de 29 de julho de 2013, que dispõe sobre a idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental.	<a href="#">Lei 23.703</a> (Site da ALMG)

<p><b>LEI Nº 23.705</b></p>	<p>Minas Gerais; 15/12/2020</p>	<p>Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado, a Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD –, a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal, e a Lei nº 23.510, de 20 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas vencidas com crédito tributário, nas hipóteses e nos termos que especifica.</p>	<p><a href="#">Lei 23.705</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.746</b></p>	<p>Minas Gerais; 23/12/2020</p>	<p>Acrescenta artigo à Lei nº 12.219, de 1º de julho de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou de permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Lei 23.746</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.748</b></p>	<p>Minas Gerais; 23/12/2020</p>	<p>Dispõe sobre a política estadual de transporte ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Lei 23.748</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.750</b></p>	<p>Minas Gerais; 24/12/2020</p>	<p>Estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.</p>	<p><a href="#">Lei 23.750</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.752</b></p>	<p>Minas Gerais; 31/12/2020</p>	<p>Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício 2021.</p>	<p><a href="#">Lei 23.752</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.753</b></p>	<p>Minas Gerais; 05/01/2121</p>	<p>Dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Lei 23.753</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.754</b></p>	<p>Minas Gerais; 05/01/2121</p>	<p>Altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.</p>	<p><a href="#">Lei 23.754</a> (Site da ALMG)</p>
<p><b>LEI Nº 23.755</b></p>	<p>Minas Gerais; 07/01/2121</p>	<p>Unifica os quadros de pessoal dos servidores da Justiça Militar de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Lei 23.755</a> (Site da ALMG)</p>

LEI Nº 23.761	Minas Gerais; 07/01/2121	Institui o Selo Verde Vida, a ser concedido às empresas privadas que comprovem a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental.	<a href="#">Lei 23.761</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 23.766	Minas Gerais; 07/01/2121	Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	<a href="#">Lei 23.766</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 23.773	Minas Gerais; 07/01/2121	Institui diretrizes para a criação de escolas bilíngues em Língua Brasileira de Sinais – Libras – e Língua Portuguesa na rede estadual de ensino.	<a href="#">Lei 23.773</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 23.780	Minas Gerais; 08/01/2121	Institui a política estadual de atenção a gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, bem como a seus filhos.	<a href="#">Lei 23.780</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 23.787	Minas Gerais; 08/01/2121	Garante no Estado a vacinação contra o Sars-Cov-2, causador da Covid-19, e dá outras providências.	<a href="#">Lei 23.787</a> (Site da ALMG)
LEI COMPLEMENTAR Nº 157	Minas Gerais; 07/01/2021	Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Lei Compl. 157</a> (Site da ALMG)

### ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 11	Minas Gerais; 15/12/2020	Normatiza o PROCURA-SE no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Social e dá outras providências.	<a href="#">Res. Conj. 11</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

### ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 5.425	Minas Gerais; 25/12/2020	Divulga o valor da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg – para o exercício de 2021.	<a href="#">Res. 5.425</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

### ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
-------------	-----------------------	---------------	--------------------------

DELIBERAÇÃO Nº 2.759	Diário do Legislativo; 19/12/2020	Dispõe sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa durante o período de recesso parlamentar, de 19 de dezembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021, e dá outras providências.	<a href="#">Delib. 2.759</a> (Site da ALMG)
PORTARIA Nº 1	Diário do Legislativo; 08/01/2121	Decreta luto na Assembleia Legislativa, por três dias, em memória das mais de duzentas mil vítimas oficiais da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 – no País.	<a href="#">Port. 1</a> (Site da ALMG)

### LEGISLAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.502	DOM; 19/12/2020	Prorroga o prazo do estado de calamidade pública declarado no Decreto nº 17.334, de 20 de abril de 2020, em razão dos efeitos decorrentes da pandemia da covid-19.	<a href="#">Dec. 17.502</a> (Site da PBH)
DECRETO Nº 17.503	DOM; 19/12/2020	Altera o Anexo II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus, e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 17.503</a> (Site da PBH)
DECRETO Nº 17.506	DOM; 22/12/2020	Altera o Decreto nº 17.037, de 17 de dezembro de 2018, que regulamenta a notificação, a revisão e a reclamação contra o lançamento, a concessão de benefícios, e o recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte e da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública.	<a href="#">Dec. 17.506</a> (Site da PBH)
DECRETO Nº 17.523	DOM; 08/01/2021	Suspende, por prazo indeterminado, as disposições do Anexo II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 17.523</a> (Site da PBH)

### ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
-------------	-------------------	---------------	--------------------------

<p><b>AVISO Nº 50</b></p>	<p>DJE; 18/12/2020</p>	<p>Avisa a todos os interessados que não haverá suspensão das atividades das comissões de licitação, bem como da tramitação de processos administrativos inerentes às sociedades empresárias contratadas pelo Tribunal, durante o período do recesso forense (de 20/12/2020 a 06/01/2021), exceto nos finais de semana e nos feriados de Natal e Ano Novo (24, 25 e 31/12/2020 e 1º/01/2021).</p>	<p><a href="#">Aviso 50</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>AVISO CONJUNTO Nº 30</b></p>	<p>DJE; 29/12/2020 e 07/01/2021 (<i>Republicação</i>)</p>	<p>Avisa sobre o encerramento do acesso à "Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais" (Cisco/Webex) concedido pelo Conselho Nacional de Justiça e a contratação efetivada da mesma plataforma para a realização de audiências sessões de julgamento e demais atos processuais por videoconferência.</p>	<p><a href="#">Aviso Conj. 30</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.031</b></p>	<p>DJE; 14/12/2020</p>	<p>Designa servidores para exercerem a função de pregoeiro e integrarem as equipes de apoio no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><a href="#">Port. 5.031</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.032</b></p>	<p>DJE; 14/12/2020</p>	<p>Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente e a Comissão Especial de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><a href="#">Port. 5.032</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.033</b></p>	<p>DJE; 14/12/2020</p>	<p>Constitui Comissões Temporárias para promoverem estudos relativos à viabilidade de especialização de câmaras no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><a href="#">Port. 5.033</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.034</b></p>	<p>DJE; 14/12/2020</p>	<p>Institui a certificação do serviço voluntário prestado por magistrados e servidores ativos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><a href="#">Port. 5.034</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.035</b></p>	<p>DJE; 15/12/2020</p>	<p>Altera a Portaria da Presidência nº 5.017, de 1º de dezembro de 2020, que "Designa integrantes do Comitê Técnico Gestor do Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificada, de que trata a Portaria Conjunta nº 4/PR-TJMG, de 14 de agosto de 2018".</p>	<p><a href="#">Port. 5.035</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.036 (EXTRATO)</b></p>	<p>DJE; 15/12/2020</p>	<p>Resolve baixar portaria instaurando processo administrativo disciplinar para apurar eventual responsabilidade pela prática de faltas funcionais.</p>	<p><a href="#">Port. 5.036</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA Nº 5.037 (EXTRATO)</b></p>	<p>DJE; 15/12/2020</p>	<p>Resolve baixar portaria instaurando processo administrativo disciplinar para apurar eventual responsabilidade pela prática de faltas funcionais.</p>	<p><a href="#">Port. 5.037</a> (Site do TJMG)</p>

PORTARIA Nº 5.038	DJE; 15/12/2020	Nomeia os servidores integrantes da Comissão Examinadora dos Processos Classificatórios de Promoção Vertical dos servidores de Primeira e Segunda Instâncias, exercício de 2019.	<a href="#">Port. 5.038</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.039	DJE; 17/12/2020	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.039</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.040	DJE; 18/12/2020	Dispõe sobre a revogação das Portarias da Presidência que menciona.	<a href="#">Port. 5.040</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.041	DJE; 18/12/2020	Acrescenta o inciso CCCXX ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	<a href="#">Port. 5.041</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.103	DJE; 16/12/2020	Institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.103</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.104	DJE; 17/12/2020	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 119, de 9 de maio de 2008, que "Institui o Diário Judiciário Eletrônico e dá outras providências".	<a href="#">Port. Conj. 1.104</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.105	DJE; 17/12/2020	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 101, de 31 de julho de 2007, que "dispõe sobre o plantão noturno do Tribunal de Justiça".	<a href="#">Port. Conj. 1.105</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.106	DJE; 17/12/2020	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.100, de 4 de dezembro de 2020, que "Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021".	<a href="#">Port. Conj. 1.106</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.107	DJE; 18/12/2020	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 829, de 9 de abril de 2019, que "Regulamenta a Avaliação de Desempenho por Competências dos servidores dos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais e dá outras providências	<a href="#">Port. Conj. 1.107</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.108	DJE; 18/12/2020	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.100, de 4 de dezembro de 2020, que "Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021".	<a href="#">Port. Conj. 1.108</a> (Site do TJMG)

<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.109</b></p>	<p>DJE; 18/12/2020</p>	<p>Disciplina a utilização de aparelhos telefônicos móveis do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e respectivos aplicativos de mensagens instantâneas para a comunicação e prática de atos processuais pelas secretarias das unidades judiciárias de Primeira e Segunda Instâncias, inclusive das unidades jurisdicionais dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, bem como pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.109</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.110</b></p>	<p>DJE; 23/12/2020</p>	<p>Dispõe sobre a alocação de recursos financeiros do Fundo Especial do Poder Judiciário - FEPJ, inclusive os apurados em eventuais superávits de exercícios anteriores, e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.110</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.111</b></p>	<p>DJE; 30/12/2020</p>	<p>Estabelece procedimentos e fixa horários dos plantões dos Juizados Especiais Criminas previstos na Portaria Conjunta nº 902, de 21 de outubro de 2019, "que estabelece nova regulamentação para o regime de plantão no Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte, bem como regulamenta as atividades nos estádios de futebol das Comarcas de Belo Horizonte e do interior do Estado".</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.111</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.112</b></p>	<p>DJE; 05/01/2021 e 07/01/2021 (<i>Republicação</i>)</p>	<p>Estabelece a retomada das atividades presenciais nas comarcas que menciona e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.112</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.113</b></p>	<p>DJE; 06/01/2021</p>	<p>Declara luto oficial no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.113</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.114</b></p>	<p>DJE; 06/01/2021</p>	<p>Altera o Anexo I da Portaria Conjunta da Presidência nº 297, de 23 de julho de 2013, que "Dispõe sobre estágio para estudante de estabelecimento de ensino superior na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.114</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.115</b></p>	<p>DJE; 08/01/2021</p>	<p>Estabelece a retomada das atividades presenciais nas comarcas que menciona e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.115</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.116</b></p>	<p>DJE; 08/01/2021</p>	<p>Declara luto oficial no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><a href="#">Port. Conj. 1.116</a> (Site do TJMG)</p>
<p><b>RESOLUÇÃO Nº 953</b></p>	<p>DJE; 18/12/2020</p>	<p>Estabelece normas e procedimentos para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências</p>	<p><a href="#">Res. 953</a> (Site do TJMG)</p>

<b>RESOLUÇÃO Nº 954</b>	DJE; 18/12/2020	Dispõe sobre o quantitativo de cargos do agrupamento permanente do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Judiciário, por especialidade, estabelece diretrizes sobre a distribuição, a movimentação e a lotação de servidores e dá outras providências.	<a href="#">Res. 954</a> (Site do TJMG)
<b>RESOLUÇÃO Nº 955</b>	DJE; 18/12/2020	Dispõe sobre os requisitos para a investidura nos cargos de provimento em comissão e nas funções de confiança do Quadro de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e define suas atribuições	<a href="#">Res. 955</a> (Site do TJMG)
<b>RESOLUÇÃO Nº 956</b>	DJE; 23/12/2020	Altera a denominação e a competência de Varas da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências.	<a href="#">Res. 956</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

<b>Tipo/Número</b>	<b>Publicação/Edição</b>	<b>Ementa/Resumo</b>	<b>Acesso ao Texto Integral</b>
<b>PORTARIA Nº 3.198</b>	DJE; 17/12/2020	Dispõe sobre o cadastramento da HABILITUS - DESIGNER DE SISTEMA DE CONFLITO LTDA - ME como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	<a href="#">Port. 3.198</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 3.199</b>	DJE; 17/12/2020	Dispõe sobre o cadastramento da CÂMARA CONCILIARTT – EIRELI como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	<a href="#">Port. 3.199</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 3.120</b>	DJE; 17/12/2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento da DWE - Câmara Privada de Mediação e Conciliação Ltda. Como Câmara Privada de Conciliação e Mediação	<a href="#">Port. 3.120</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

<b>Tipo/Número</b>	<b>Publicação/Edição</b>	<b>Ementa/Resumo</b>	<b>Acesso ao Texto Integral</b>
<b>AVISO Nº 1</b>	DJE; 07/01/2021	Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da lista geral de vacância no prazo determinado.	<a href="#">Aviso 1</a> (Site do TJMG)
<b>AVISO Nº 81</b>	DJE; 16/12/2020	Avisa sobre a expansão do Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe" para a classe "Reclamação pré-processual (11875)" nos CEJUSCs das comarcas listadas.	<a href="#">Aviso 81</a> (Site do TJMG)

<b>AVISO Nº 82</b>	DJE; 16/12/2020	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2020.	<a href="#">Aviso 82</a> (Site do TJMG)
<b>AVISO Nº 83</b>	DJE; 17/12/2020	Avisa sobre a expansão do Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Comarca de Patrocínio, quanto à Comunicação de Prisão em Flagrante Delito - CPF originária da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG.	<a href="#">Aviso 83</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.640</b>	DJE; 14/12/2020	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Jacutinga para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	<a href="#">Port. 6.640</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.643</b>	DJE; 14/12/2020	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Santa Rita do Sapucaí para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	<a href="#">Port. 6.643</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.645 (EXTRATO)</b>	DJE; 16/12/2020	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	<a href="#">Port. 6.645</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.646 (EXTRATO)</b>	DJE; 16/12/2020	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	<a href="#">Port. 6.646</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.647</b>	DJE; 17/12/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Boa Esperança.	<a href="#">Port. 6.647</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.648</b>	DJE; 17/12/2020	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Paracatu e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.641, de 4 de dezembro de 2020.	<a href="#">Port. 6.648</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.649</b>	DJE; 17/12/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Além Paraíba.	<a href="#">Port. 6.649</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.650</b>	DJE; 17/12/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Sete Lagoas	<a href="#">Port. 6.650</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.651</b>	DJE; 17/12/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Araguari	<a href="#">Port. 6.651</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 6.652 (EXTRATO)</b>	DJE; 17/12/2020	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 6.652</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.653	DJE; 17/12/2020	Atualiza, para o exercício de 2021, as tabelas que integram o Anexo da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências	<a href="#">Port. 6.653</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.654 (EXTRATO)	DJE; 07/01/2021	Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada da Portaria nº 6.620/2020.	<a href="#">Port. 6.654</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.655	DJE; 17/12/2020	Dispõe sobre a suspensão do expediente no Ofício do 7º Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.	<a href="#">Port. 6.655</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.656	DJE; 21/12/2020	Dispõe sobre a suspensão do expediente no Ofício do 2º Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.	<a href="#">Port. 6.656</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.657 (EXTRATO)	DJE; 08/01/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Caeté	<a href="#">Port. 6.657</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.658 (EXTRATO)	DJE; 08/01/2021	Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada da Portaria nº 6.418/2020.	<a href="#">Port. 6.658</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.659	DJE; 08/01/2021	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e apresentar proposta sobre as metas e a produtividade dos oficiais de justiça na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais	<a href="#">Port. 6.659</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.660	DJE; 08/01/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Viçosa.	<a href="#">Port. 6.660</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.661	DJE; 08/01/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Carangola	<a href="#">Port. 6.661</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.662	DJE; 08/01/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nos Serviços Auxiliares da Direção do Foro da Comarca de Ribeirão das Neves para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 6.662</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.663 (EXTRATO)	DJE; 08/01/2021	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	<a href="#">Port. 6.663</a> (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 5	DJE; 16/12/2020	Recomenda a priorização, no âmbito da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, da análise das petições de acordo que estejam pendentes de homologação, nos processos judiciais físicos.	<a href="#">Recom. Conj. 5</a> (Site do TJMG)

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*